



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

07/01/2015 ATÉ 07/01/2015



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 O IMPARCIAL ONLINE.....	12
	1.2 SITE IDIFUSORA.....	3
	1.3 SITE O QUARTO PODER.....	4
2	CORREIÇÕES	
	2.1 IMIRANTE.COM.....	5
3	TELEJUDICIÁRIO	
	3.1 BLOG DO MINARD.....	6
	3.2 IMIRANTE.COM.....	7
	3.3 O IMPARCIAL ONLINE.....	8 9
	3.4 SITE IDIFUSORA.....	10
4	UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO	
	4.1 BLOG DO MINARD.....	11

Telejudiciário foi acionado mais de 22 mil vezes em 2014

O Telejudiciário - serviço telefônico gratuito do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que atende pelo número 0800 707 1581 - registrou 22.838 mil atendimentos durante o ano de 2014.

Informação sobre os setores do Judiciário foi o item mais solicitado pelos usuários, com 6.141 registros. Em segundo lugar, consulta a processos que tramitam na Justiça de 1º Grau (5.585) e, em seguida, informações sobre as comarcas (5.062).

O serviço foi acionado também por pessoas interessadas em informações sobre plantões judiciais, casamentos comunitários, correições, sessões do tribunal do júri, agendamento de audiências de conciliação e outras opções disponíveis.

Segundo o chefe da Divisão do Telejudiciário, Fábio Martins, nos últimos 12 meses, a unidade trabalhou com foco no aprimoramento da prestação de serviços voltados para o cidadão, com o objetivo de promover maior aproximação entre o Judiciário e a sociedade, que busca informações sobre o funcionamento da Justiça.

A central recebe, ainda, reclamações, denúncias e solicitações sobre a conduta de servidores, juízes e serventuários e ações do Poder Judiciário, como também sugestões e críticas para melhoria das atividades jurisdicionais. As demandas são encaminhadas à Ouvidoria e aos setores responsáveis que averiguam as questões apresentadas.

Para os servidores do Tribunal, são oferecidos serviços de consulta de processos administrativos, formulários padrão de requerimento, registro de senha provisória para acesso ao Portal do Servidor e informações sobre o plano de cargos, carreira e vencimentos, direitos e deveres e alterações no boletim financeiro.

TECNOLOGIA - O serviço utiliza tecnologia moderna e é gerenciado pelo sistema Atende que agiliza o atendimento. Uma equipe de 16 atendentes, uma supervisora e três auxiliares se revezam para não interromper o funcionamento do setor.

Os usuários podem acionar o serviço (0800 7071581), de segunda a sexta-feira, das 08h às 18h, de forma ininterrupta.

Parcerias garantem emprego para ex-detentos

Parcerias estão garantindo a inclusão de presos no mercado de trabalho

Parceria firmada entre a Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF), Governo do Estado e a iniciativa privada está incentivando a qualificação profissional e inclusão no mercado de trabalho de egressos do sistema prisional.

A articulação é orientada pela Lei Estadual 9.116/2010, que determina às empresas interessados em manter contrato com o Estado a abertura de percentual de vagas de emprego a quem necessita ser ressocializado depois de cumprir pena.

A ação faz parte do programa de reinserção social Começar de Novo, coordenado pelo judiciário estadual.

O vínculo empregatício dos apenados segue as regras previstas na Lei de Execuções Penais (LEP 7.210/1984), tendo finalidade educativa e produtiva, não estando sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

"Por um lado buscamos estratégias para a efetivação da lei, mas por outro também tentamos fortalecer as parcerias com empresas que compreendem que o processo de inclusão da população egressa do sistema prisional é responsabilidade da sociedade", ressalta o coordenador geral da UMF, desembargador Froz Sobrinho.

O público beneficiado faz parte de um banco de dados composto por apenados encaminhados pela Vara de Execuções Penais e outros detentos do regime aberto e semi aberto que buscam a UMF para ter acesso a documentos, cursos e vaga de trabalho. O encaminhamento também é feito pelo Núcleo de Inclusão Produtiva e Educação da SEJAP seu banco de dados, considerando o perfil solicitado pelas empresas.

Integrada recentemente ao programa, a empresa PG Mineração mantém em seu quadro 15 egressos e pessoas que ainda cumprem pena. O número de vagas será ampliado com a assinatura de outro termo de parceria entre a PG, Tribunal de Justiça, SEJAP e Defensoria Pública.

Outras duas vagas foram ofertadas pela MASAN Alimentos e Serviços por meio do Portal do Programa Começar de Novo, sendo uma destinada a integrante da Unidade Prisional Feminina, indicada pela direção.

A chefe da Divisão do Programa Começar de Novo, Ana Lúcia Araújo, destaca que as empresas, mesmo antes de firmadas as parcerias, já desenvolviam ações de inclusão social de apenados, inserindo em seus quadros de funcionários cumpridores de pena do regime fechado e semi-aberto.

Varas de Estreito e Açailândia passam por correição

As atividades correicionais visam ao aprimoramento da prestação jurisdicional.

IMPERATRIZ - A 2ª Vara de Estreito e a 1ª Vara de Família de Açailândia passam por correição a partir desta quarta-feira (7). As atividades correicionais visam ao aprimoramento da prestação jurisdicional, à celeridade nos serviços judiciais, prevenir irregularidades e a apurar reclamações, denúncias e faltas disciplinares.

As correições ordinárias e extraordinárias fazem parte do calendário oficial da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). Além dos Juizados Especiais, varas da capital e comarcas do interior também passarão por correição ao longo de 2015.

Segundo do TJ, a correição ordinária realizada pelo juiz de direito da comarca, vara ou juizado tem os objetivos de analisar a regularidade na tramitação dos feitos judiciais; e medir o tempo de cumprimento pela secretaria das determinações exaradas.

O juiz expedirá portaria com antecedência mínima de cinco dias, nela devendo constar: dia, hora e local do início e término dos serviços; nome do secretário e de seu substituto; determinação de que todos os processos se encontrem nas serventias com 24 horas de antecedência ao início dos trabalhos.

Também deve ser divulgada nota de que qualquer pessoa do povo poderá apresentar reclamações contra os serviços judiciais; deverá ainda expedir convites ao promotor de Justiça, ao representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e ao defensor público para acompanhamento dos serviços.

Telejudiciário foi acionado quase 23 mil vezes em 2014

Informações sobre as comarcas somaram mais de cinco mil solicitações.

MARANHÃO - O Telejudiciário - serviço telefônico gratuito do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) que atende pelo número 0800 707 1581 - registrou 22.838 mil atendimentos durante o ano de 2014.

Informação sobre os setores do Judiciário foi o item mais solicitado pelos usuários, com 6.141 registros. Em segundo lugar, consulta a processos que tramitam na Justiça de 1º Grau (5.585) e, em seguida, informações sobre as comarcas (5.062).

O serviço foi acionado também por pessoas interessadas em informações sobre plantões judiciais, casamentos comunitários, correições, sessões do tribunal do júri, agendamento de audiências de conciliação e outras opções disponíveis.

Segundo o chefe da Divisão do Telejudiciário, Fábio Martins, nos últimos 12 meses, a unidade trabalhou com foco no aprimoramento da prestação de serviços voltados para o cidadão, com o objetivo de promover maior aproximação entre o Judiciário e a sociedade, que busca informações sobre o funcionamento da Justiça.

A central recebe, ainda, reclamações, denúncias e solicitações sobre a conduta de servidores, juízes e serventuários e ações do Poder Judiciário, como também sugestões e críticas para melhoria das atividades jurisdicionais. As demandas são encaminhadas à Ouvidoria e aos setores responsáveis que averiguam as questões apresentadas.

Para os servidores do Tribunal, são oferecidos serviços de consulta de processos administrativos, formulários padrão de requerimento, registro de senha provisória para acesso ao Portal do Servidor e informações sobre o plano de cargos, carreira e vencimentos, direitos e deveres e alterações no boletim financeiro.

Tecnologia

O serviço utiliza tecnologia moderna e é gerenciado pelo sistema Atende que agiliza o atendimento. Uma equipe de 16 atendentes, uma supervisora e três auxiliares se revezam para não interromper o funcionamento do setor.

Os usuários podem acionar o serviço (0800 7071581), de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, de forma ininterrupta.

Mais de 11 mil processos já tramitam em meio eletrônico no TJMA

Dados do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) indicam que mais de 11 mil processos foram criados diretamente no sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJE), gerando 50 mil movimentações sem o uso de papel, em 36 juizados especiais e turmas recursais do Estado. O número supera em 10 o total de unidades previstas na meta definida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O resultado alcançado com a implantação foi destacado pelo CNJ, que premiou o TJMA com a doação de equipamentos de informática, entre esses, 72 escâneres, 1.263 microcomputadores e 1.263 nobreaks.

As doações fazem parte do “Projeto de Modernização da Justiça”, previstas no artigo 46 da Resolução 185/2013 do CNJ, que dispõe sobre a implantação do Processo Judicial Eletrônico. Os equipamentos doados ao Tribunal de Justiça equivalem a um investimento de R\$ 3.160.458,00, segundo o Conselho Nacional de Justiça.

“Receber esses equipamentos é um incentivo para todos nós que trabalhamos pelo avanço da Justiça maranhense. Nos sentimos estimulados a continuar investindo nesse processo de modernização, que beneficia o Tribunal, os operadores do Direito e os jurisdicionados”, declara o diretor-geral do TJMA, Hebert Pinheiro Leite.

IMPLANTAÇÃO

De acordo com os dados da Diretoria de Informática do TJMA, as 36 unidades da Justiça Especial - Juizados Especiais e Turmas Recursais - já estão funcionando com o Processo Judicial Eletrônico. O trabalho efetivo de implantação teve início em setembro e foi concluído no fim de novembro.

Em dezembro de 2014, o PJE foi implantado também nas primeiras unidades judiciárias do 2º grau, atingindo nove gabinetes de desembargadores, todos integrantes das Câmaras Criminais Reunidas.

O diretor de Informática, Jorge Oliveira, explica que foi estabelecida, no âmbito do Tribunal, uma meta interna, acima do que previa o CNJ. “Estamos satisfeitos com o êxito alcançado, fruto de um plano de trabalho rigoroso, equipe competente e comprometida, seguido de acompanhamento semanal de cada etapa. Agora é avançar cada vez mais”, planeja.

Mais de 11 mil processos já tramitam em meio eletrônico no TJMA

Dados do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) indicam que mais de 11 mil processos foram criados diretamente no sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJE), gerando 50 mil movimentações sem o uso de papel, em 36 juizados especiais e turmas recursais do Estado. O número supera em 10 o total de unidades previstas na meta definida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O resultado alcançado com a implantação foi destacado pelo CNJ, que premiou o TJMA com a doação de equipamentos de informática, entre esses, 72 escâneres, 1.263 microcomputadores e 1.263 nobreaks.

As doações fazem parte do "Projeto de Modernização da Justiça", previstas no artigo 46 da Resolução 185/2013 do CNJ, que dispõe sobre a implantação do Processo Judicial Eletrônico. Os equipamentos doados ao Tribunal de Justiça equivalem a um investimento de R\$ 3.160.458,00, segundo o Conselho Nacional de Justiça.

"Receber esses equipamentos é um incentivo para todos nós que trabalhamos pelo avanço da Justiça maranhense. Nos sentimos estimulados a continuar investindo nesse processo de modernização, que beneficia o Tribunal, os operadores do Direito e os jurisdicionados", declara o diretor-geral do TJMA, Hebert Pinheiro Leite.

IMPLANTAÇÃO

De acordo com os dados da Diretoria de Informática do TJMA, as 36 unidades da Justiça Especial - Juizados Especiais e Turmas Recursais - já estão funcionando com o Processo Judicial Eletrônico. O trabalho efetivo de implantação teve início em setembro e foi concluído no fim de novembro.

Em dezembro de 2014, o PJE foi implantado também nas primeiras unidades judiciárias do 2º grau, atingindo nove gabinetes de desembargadores, todos integrantes das Câmaras Criminais Reunidas.

O diretor de Informática, Jorge Oliveira, explica que foi estabelecida, no âmbito do Tribunal, uma meta interna, acima do que previa o CNJ. "Estamos satisfeitos com o êxito alcançado, fruto de um plano de trabalho rigoroso, equipe competente e comprometida, seguido de acompanhamento semanal de cada etapa. Agora é avançar cada vez mais", planeja.

Telejudiciário do Maranhão foi acionado mais de 22 mil vezes em 2014

O Telejudiciário - serviço telefônico gratuito do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que atende pelo número 0800 707 1581 - registrou 22.838 mil atendimentos durante o ano de 2014.

Informação sobre os setores do Judiciário foi o item mais solicitado pelos usuários, com 6.141 registros. Em segundo lugar, consulta a processos que tramitam na Justiça de 1º Grau (5.585) e, em seguida, informações sobre as comarcas (5.062).

O serviço foi acionado também por pessoas interessadas em informações sobre plantões judiciais, casamentos comunitários, correições, sessões do tribunal do júri, agendamento de audiências de conciliação e outras opções disponíveis.

Segundo o chefe da Divisão do Telejudiciário, Fábio Martins, nos últimos 12 meses, a unidade trabalhou com foco no aprimoramento da prestação de serviços voltados para o cidadão, com o objetivo de promover maior aproximação entre o Judiciário e a sociedade, que busca informações sobre o funcionamento da Justiça.

A central recebe, ainda, reclamações, denúncias e solicitações sobre a conduta de servidores, juízes e serventuários e ações do Poder Judiciário, como também sugestões e críticas para melhoria das atividades jurisdicionais. As demandas são encaminhadas à Ouvidoria e aos setores responsáveis que averiguam as questões apresentadas.

Para os servidores do Tribunal, são oferecidos serviços de consulta de processos administrativos, formulários padrão de requerimento, registro de senha provisória para acesso ao Portal do Servidor e informações sobre o plano de cargos, carreira e vencimentos, direitos e deveres e alterações no boletim financeiro.

TECNOLOGIA

O serviço utiliza tecnologia moderna e é gerenciado pelo sistema Attende que agiliza o atendimento. Uma equipe de 16 atendentes, uma supervisora e três auxiliares se revezam para não interromper o funcionamento do setor.

Os usuários podem acionar o serviço (0800 7071581), de segunda a sexta-feira, das 08h às 18h, de forma ininterrupta.

Telejudiciário do Maranhão foi acionado mais de 22 mil vezes em 2014

O Telejudiciário - serviço telefônico gratuito do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que atende pelo número 0800 707 1581 - registrou 22.838 mil atendimentos durante o ano de 2014.

Informação sobre os setores do Judiciário foi o item mais solicitado pelos usuários, com 6.141 registros. Em segundo lugar, consulta a processos que tramitam na Justiça de 1º Grau (5.585) e, em seguida, informações sobre as comarcas (5.062).

O serviço foi acionado também por pessoas interessadas em informações sobre plantões judiciais, casamentos comunitários, correições, sessões do tribunal do júri, agendamento de audiências de conciliação e outras opções disponíveis.

Segundo o chefe da Divisão do Telejudiciário, Fábio Martins, nos últimos 12 meses, a unidade trabalhou com foco no aprimoramento da prestação de serviços voltados para o cidadão, com o objetivo de promover maior aproximação entre o Judiciário e a sociedade, que busca informações sobre o funcionamento da Justiça.

A central recebe, ainda, reclamações, denúncias e solicitações sobre a conduta de servidores, juízes e serventuários e ações do Poder Judiciário, como também sugestões e críticas para melhoria das atividades jurisdicionais. As demandas são encaminhadas à Ouvidoria e aos setores responsáveis que averiguam as questões apresentadas.

Para os servidores do Tribunal, são oferecidos serviços de consulta de processos administrativos, formulários padrão de requerimento, registro de senha provisória para acesso ao Portal do Servidor e informações sobre o plano de cargos, carreira e vencimentos, direitos e deveres e alterações no boletim financeiro.

TECNOLOGIA

O serviço utiliza tecnologia moderna e é gerenciado pelo sistema Atende que agiliza o atendimento. Uma equipe de 16 atendentes, uma supervisora e três auxiliares se revezam para não interromper o funcionamento do setor.

Os usuários podem acionar o serviço (0800 7071581), de segunda a sexta-feira, das 08h às 18h, de forma ininterrupta.

Mais de 11 mil processos já tramitam em meio eletrônico no TJMA

Dados do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) indicam que mais de 11 mil processos foram criados diretamente no sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJE), gerando 50 mil movimentações sem o uso de papel, em 36 juizados especiais e turmas recursais do Estado. O número supera em 10 o total de unidades previstas na meta definida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O resultado alcançado com a implantação foi destacado pelo CNJ, que premiou o TJMA com a doação de equipamentos de informática, entre esses, 72 escâneres, 1.263 microcomputadores e 1.263 nobreaks.

As doações fazem parte do “Projeto de Modernização da Justiça”, previstas no artigo 46 da Resolução 185/2013 do CNJ, que dispõe sobre a implantação do Processo Judicial Eletrônico. Os equipamentos doados ao Tribunal de Justiça equivalem a um investimento de R\$ 3.160.458,00, segundo o Conselho Nacional de Justiça.

Implantação

De acordo com os dados da Diretoria de Informática do TJMA, as 36 unidades da Justiça Especial – Juizados Especiais e Turmas Recursais – já estão funcionando com o Processo Judicial Eletrônico. O trabalho efetivo de implantação teve início em setembro e foi concluído no fim de novembro.

Em dezembro de 2014, o PJE foi implantado também nas primeiras unidades judiciárias do 2º grau, atingindo nove gabinetes de desembargadores, todos integrantes das Câmaras Criminais Reunidas.

Telejudiciário foi acionado mais de 22 mil vezes

O Telejudiciário - serviço telefônico gratuito do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que atende pelo número 0800 707 1581 registrou 22.838 mil atendimentos durante o ano de 2014.

Informação sobre os setores do Judiciário foi o item mais solicitado pelos usuários, com 6.141 registros. Em segundo lugar, consulta a processos que tramitam na Justiça de 1º Grau (5.585) e, em seguida, informações sobre as comarcas (5.062).

O serviço foi acionado também por pessoas interessadas em informações sobre plantões judiciais, casamentos comunitários, correições, sessões do tribunal do júri, agendamento de audiências de conciliação e outras opções disponíveis.

Para os servidores do Tribunal, são oferecidos serviços de consulta de processos administrativos, formulários padrão de requerimento, registro de senha provisória para acesso ao Portal do Servidor e informações sobre o plano de cargos, carreira e vencimentos, direitos e deveres e alterações no boletim financeiro.

Tecnologia

O serviço utiliza tecnologia moderna e é gerenciado pelo sistema Attende que agiliza o atendimento. Uma equipe de 16 atendentes, uma supervisora e três auxiliares se revezam para não interromper o funcionamento do setor. Os usuários podem acionar o serviço (0800 7071581), de segunda a sexta-feira, das 08h às 18h, de forma ininterrupta.

Governo fortalece integração de poderes na execução de ações para o Sistema Prisional

O secretário de Estado de Administração Penitenciária, Murilo Andrade de Oliveira, reuniu, nesta terça-feira (6), membros do Comitê de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário para apresentar e discutir o planejamento estratégico de trabalho para 2015, bem como reafirmar a parceria do Governo do Estado com toda a rede de órgãos e entidades da área.

O encontro teve a participação de representantes do Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, Polícia Civil e Poder Judiciário, e aconteceu na sala do presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Fróz Sobrinho. Murilo Andrade de Oliveira garantiu que está pronto para trabalhar e recuperar todo o atraso na execução de políticas públicas para o Sistema Prisional.

"Planejamos essa primeira reunião, na verdade, antes mesmo de assumirmos a pasta porque entendemos que precisamos unificar ainda mais esse trabalho integrado e positivo, já mostrado pelo comitê. Nossa urgência é tratar os problemas de forma pontual, até saná-los. Sabemos que o Sistema Prisional do Maranhão sofreu um desgaste muito grande ao longo dos anos. O governador Flávio Dino já garantiu que vamos trabalhar para mudar esse quadro que, felizmente, já começa a se organizar, a partir de medidas que estamos adotando. Nosso intuito é tornar o Estado como referência, e respeitado na aplicação das políticas públicas para a área", adiantou Murilo Andrade de Oliveira.

A mesa redonda foi presidida pelo desembargador Fróz Sobrinho que antecipou pontos importantes, tais como a qualificação dos servidores penitenciários e dos métodos de trabalho. "Nesse primeiro encontro é importante reforçamos pontos relevantes. O primeiro deles é manter o trabalho desse comitê integrado nessa nova caminhada. Também precisamos ampliar mais nossa comunicação, troca de dados referentes aos detentos, e dessa forma qualificar os presídios e não quantificá-los", citou o presidente da casa e coordenador do comitê.

Murilo destacou o empenho do novo governo em solucionar a problemática do Sistema prisional do estado. "Por determinação do governador Flávio Dino estamos, nesse primeiro momento, identificando os principais pontos que serão atendidos pelas medidas emergenciais destinadas ao sistema penitenciário".

Entre os pontos considerados urgentes na reunião foram destacados o reforço da segurança interna das unidades prisionais, com a oferta de postos de trabalho e de capacitação da população carcerária.

Depen firma parceria com Governo

Ainda nesta terça-feira (6), a diretora de Políticas Penitenciária do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) do Ministério da Justiça, Valdirene Daufemback, visitou as instalações do Centro de Observação, Classificação e Triagem (COCT), do Centro de Detenção Provisória (CDP) e da Penitenciária de Pedrinhas. A visita representa o compromisso e a parceria do Governo Federal com as ações penitenciárias estaduais.

"O Maranhão está saindo na frente quanto à atenção a questão prisional. Prova disso é a realização desse fórum de discussões com entidades no início do governo. Vamos ter mais força para desenvolvermos os acordos que temos com o Ministério da Justiça e a administração estadual", disse Daufemback.

A representante do Depen conheceu as dependências das três unidades prisionais, averiguou a execução das

Políticas Públicas voltadas ao Sistema Carcerário e conversou com os internos. "Estamos realizando uma visita e verificando o funcionamento de cada unidade prisional. Após essa etapa, vamos estabelecer uma agenda de compromissos com o governador Flávio Dino, de modo a definirmos o realinhamento das ações que serão executadas, em conjunto, com o Depen nos próximos anos", explicou.

A comitiva dialogou com os internos das três unidades. No CDP, a diretora de Políticas Públicas do Depen conheceu as salas de aula. Já na Penitenciária de Pedrinhas, eles fiscalizaram o Centro de Saúde que atende internos de todo o Complexo Penitenciário.